

demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023
com relatório dos
Auditores Independentes
Nire: 43300011127
CNPJ: 88.076.302/0001-94

Via  ap

SENHORES ACIONISTAS

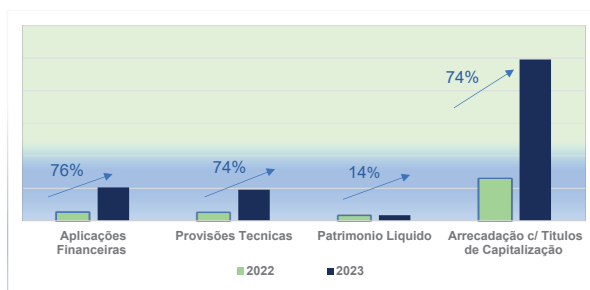
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias vigentes, submetemos à apreciação as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das notas explicativas, apresentadas na forma da Legislação Societária, bem como das normas e instrumentos provenientes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

DAS OPERAÇÕES

O ano 2023, foi marcado pelo crescimento no Market share na modalidade Filantropia Premiada, especialidade da VIA CAPITALIZAÇÃO S.A., de acordo com o novo posicionamento estratégico da Cia., vislumbramos um nicho de mercado, ainda não explorado pela concorrência, e de forma pioneira, criamos um produto denominado "influencers", totalmente digital, com alcance nacional e para os mais variados tipos de consumidores. Foram reformulados, na sua totalidade, seus processos de gestão e de tecnologia, na qual o foco é no crescimento e desenvolvimento de seus produtos com intuito de entregar ao mercado uma Companhia muito mais eficiente e totalmente digital.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

A Via Capitalização S.A. apresentou em 2023 um lucro líquido de R\$ 2.450 mil. O desempenho títulos de capitalização atingiu o montante de R\$ 496.039 mil, já a variação da provisão matemática para resgate totalizou R\$ 218.087mil e o resultado com sorteios chegou a R\$ 195.917mil. As provisões técnicas totalizaram R\$ 95.547mil, onde contamos com R\$ 102.789 mil de recursos garantidores, o que demonstra a capacidade da empresa para garantir suas reservas. O gráfico abaixo demonstra, de forma clara, que a Cia teve um crescimento vertiginoso no exercício de 2023, somente ajustando processos da antiga administração e realinhado o planejamento estratégico.



GOVERNANÇA CORPORATIVA

As políticas de governança corporativa da Via Capitalização S.A. mantem uma transparência e acesso as informações pelos investidores. As decisões tomadas pela Diretoria Executiva são precedidas por discussões em colegiados, sejam eles compostos por comitês independentes ou membros da própria diretoria. Seguimos evoluindo na modernização dos processos no que se refere a CNSP nº 666/21. A Via Capitalização S.A., através de suas auditorias independentes de reputação internacional, e equipes de trabalho dedicadas, realiza revisões em seus controles de governança, este processo garante atualização das boas práticas e conformidade com o órgão regulador.

PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO

A Via Capitalização S.A., promove periodicamente a atualização de todos os níveis de colaboradores, visando capacitá-los, de acordo com as determinações da Lei 9.613 de 1998, alterada pela Lei nº 12.683 de 2012 e Circular SUSEP nº 612/2020. Esta atualização insere as rotinas operacionais e faz parte integrante do Sistema de Controles Internos da Companhia.

CAPITAL MÍNIMO - RESOLUÇÃO CNSP Nº 432/2021

O Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, em 12 de novembro de 2021 editou a Resolução CNSP nº 432, que dispõe sobre provisões técnicas, ativos redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, capitais de risco, patrimônio líquido ajustado, capital mínimo requerido, planos de regularização, limite de retenção, critérios para a realização de investimentos, normas contábeis, auditoria contábil e auditoria atuarial independentes e Comitê de Auditoria aplicáveis a sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores. A Via Capitalização, declara que possui Patrimônio Líquido compatível para atender a referida disposição legal.

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA

Em atenção à Circular SUSEP nº 648/2021, declaramos que a Via Capitalização S.A. possui capacidade financeira compatível com as suas operações e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o próximo exercício, a empresa tem como meta não apenas aumentar sua presença no mercado de capitalização, mas também concentrar-se na criação de novos produtos e na otimização dos já existentes. Isso fortalecerá a visibilidade da marca e impulsionará o desempenho e retorno financeiro para seus acionistas, mantendo um compromisso contínuo com a sustentabilidade e a responsabilidade corporativa. Expressamos nossa sincera gratidão pela confiança e preferência dos nossos clientes, pelo apoio fundamental dos órgãos reguladores e pelo dedicado trabalho dos nossos colaboradores e parceiros de negócios.

A Direção. Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2024.

Balanços Patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
ATIVO			
CIRCULANTE		125.105	39.145
Disponível		6.269	706
Caixa e Bancos	3a	6.269	706
Aplicações	5	102.789	24.949
Créditos com Operações de Capitalização	6	11.767	6.187
Créditos com operações de Capitalização		15.903	18.323
(-) Redução Ao Valor recuperável		(4.955)	(12.136)
Outros Créditos Operacionais		819	-
Títulos de Créditos a Receber		3.879	6.998
Títulos de Créditos a Receber	7	2.201	1.853
Créditos Tributários e Previdenciários	8	128	1.419
Depósitos Judiciais e Fiscais	9	1.390	3.661
Outros Créditos		160	65
Outros Valores e Bens	22	320	261
Despesas Antecipadas		82	44
ATIVO NÃO CIRCULANTE		4.365	5.504
Realizável a Longo Prazo		769	1.671
Títulos e Créditos a Receber		75	619
Depósitos Judiciais e Fiscais	9	75	619
Outros Valores e Bens	22	694	1.052
Investimentos	10a	2.424	2.496
Imóveis destinados a renda		2.412	2.484
Outros Investimentos		12	12
Imobilizado	10b	1.079	1.235
Bens Móveis		1.079	1.235
Intangível		93	102
TOTAL DO ATIVO		129.471	44.649

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

Balancos Patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	2023	2022
CIRCULANTE		111.470	28.741
Contas a Pagar	11	5.212	2.013
Obrigações a Pagar		634	562
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		2.653	1.168
Encargos Trabalhistas		231	199
Imposto e Contribuições		1.694	83
Outras Contas a Pagar			1
Débitos com operações de Capitalização		4.380	723
Depósitos de Terceiros	12	5.973	1.375
Provisões Técnicas - Capitalização	13b	95.547	24.369
Provisão para Resgates		77.057	18.660
Provisão para Sorteio		18.062	5.664
Provisão Administrativa		428	45
Outros Débitos	22	358	261
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		694	1.052
Débitos Diversos	22	694	1.052
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	17.307	14.856
Capital Social		19.993	19.993
Reservas de Reavaliação		12	12
Prejuízos Acumulados		(2.699)	(5.149)
TOTAL DO PASSIVO		129.471	44.649

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Resultados findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	2023	2022
RECEITA LÍQUIDA COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO		277.953	70.699
Arrecadação com Títulos de Capitalização		496.039	128.076
Variação da Provisão para Resgate		(218.087)	(57.377)
Varição das Provisões Técnicas	13c	(383)	-
Variação das Provisões Técnicas		(383)	-
Resultado com Sorteio	13c	(195.917)	(50.379)
Custo de Aquisição	15a	(67.888)	(15.772)
Custo de Aquisição		(67.888)	(15.772)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	15b	1.250	3.584
Outras Receitas Operacionais		6.440	3.704
Outras Despesas Operacionais		(5.190)	(120)
Despesas Administrativas	15c	(7.614)	(6.441)
Despesas com Tributos	15d	(4.367)	(1.275)
Despesas com Tributos		(4.367)	(1.275)
Resultado Financeiro	15e	4.954	2.897
Receitas Financeiras		7.577	3.826
Despesas Financeiras		(2.623)	(928)
Resultado Patrimonial	15f	(126)	(141)
Despesas c/Imóveis de Renda		(126)	(141)
Resultado Operacional		7.861	3.173
Resultado Antes dos Impostos e Participações		7.861	3.173
Impostos de Renda	21	(2.471)	(528)
Contribuição Social	21	(1.497)	(355)
Ativo fiscal diferido		(1.301)	1.301
Participações s/ o lucro		(142)	(133)
Lucro Líquido do Exercício		2.450	3.457
(/) Quantidade de Ações		2.085.532	2.085.532
Lucro/Prejuízo Líquido por Ação		1,17	1,66

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Resultado Líquido do Período	2.450	3.457
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	2.450	3.457

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Reavaliação	Lucros Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	19.993	12	(8.606)	11.399
Resultado líquido do período	-	-	3.457	3.457
Saldos em 31 de dezembro de 2022	19.993	12	(5.149)	14.856
Resultado líquido do período	-	-	2.450	2.450
Saldos em 31 de dezembro de 2023	19.993	12	(2.698)	17.307

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do período	2.450	3.457
Ajustes para:		
Depreciações e Amortizações	280	408
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	4.955	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	503
Outros ajustes	-	(150)
Variações nas contas patrimoniais	(338)	(1.622)
Ativos financeiros	(77.840)	(6.224)
Créditos das operações de capitalização	(11.742)	(4.875)
Créditos fiscais e previdenciários	(9)	6
Ativo Fiscal Diferido	1.301	(1.301)
Depósitos judiciais e fiscais	2.814	(1.660)
Despesas antecipadas	(39)	(3)
Outros ativos	(149)	(87)
Impostos e Contribuições	6.049	621
Outras contas a pagar	71	150
Débitos de operações de Capitalização	3.657	725
Depósitos de terceiros	4.598	999
Provisões técnicas - capitalização	71.179	10.041
Outros Passivos	(228)	(14)
Caixa gerado/(consumido) pelas Operações	7.347	2.596
Juros recebidos	1.207	-
Recebimento de dividendos	5	-
Impostos sobre o Lucro pagos	(2.954)	(952)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades Operacionais	5.605	1.644
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(28)	(1.082)
Intangível	(14)	(107)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimentos	(41)	(1.189)
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de caixa	5.563	455
Caixa e Equivalente de caixa no início do período	706	251
Caixa e Equivalente de caixa no final do período	6.269	706

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

1. Contexto Operacional

A Via Capitalização S.A., (antiga denominação da APLUB Capitalização) Companhia, controlada pela HEALTHPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, é uma sociedade anônima de capital fechado, está inscrita sob o CNPJ 88.076.302-0001/94, com sede na Av. Carlos Gomes, nº 222, conj. 901, Bairro Auxiliadora, na Cidade de Porto Alegre - RS, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em 07 de junho de 1996, para atuar na área de capitalização, bem como participar em outras empresas.

A HEALTHPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, possui 100% do capital social da Companhia.

A sociedade atua no segmento de capitalização nas seguintes modalidades: Tradicional, Instrumento de Garantia, Popular, Incentivo e Filantropia Premiável em todo o território Nacional.

Informamos que, em 20 de julho de 2021, a APLUB CAPITALIZAÇÃO S/A foi arrematada pela HEALTHPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, e na Carta de Arrematação nº 10013727600 foi consignado que: "Os débitos oriundos de tributos sub-rogam-se sobre o preço da arrematação, conforme dispõe o art. 130 do CTN e art. 141, I e II da Lei 11.101/05. O arrematante receberá o bem desonerado de quaisquer ônus até a data da realização da hasta pública". Em 8 de dezembro de 2021, por meio do despacho proferido pelo Dra. Juíza, nos autos do processo nº 5061910-80.2020.8.21.0001, foi determinado o fim do regime especial de intervenção imposto a sociedade por decorrência da sua ex-controladora, uma vez que não se justificava mais o referido regime, e a realização dos ajustes contábeis com transferência dos passivos e ativos de difícil liquidez à promitente vendedora, nos limites do capital adquirido no certame acima mencionado. No dia 16 de dezembro de 2021, a SUSEP registrou e processou a transferência do controle acionário e da ingerência efetiva nos negócios de APLUB CAPITALIZAÇÃO S/A para HEALTHPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A. Em 31 de dezembro de 2021, foi publicada a Portaria SUSEP nº 7.906 que determinou o encerramento do regime especial de intervenção.

O exercício de 2023, foi marcado pelo crescimento no Market share na modalidade Filantropia Premiada, especialidade da VIA CAPITALIZAÇÃO S.A., de acordo com o novo posicionamento estratégico da Cia., vislumbramos um nicho de mercado, ainda não explorado pela concorrência, e de forma pioneira, criamos um produto denominado "Influencers", totalmente digital, com alcance nacional e para os mais variados tipos de consumidores. Foram reformulados, na sua totalidade, seus processos de gestão e de tecnologia, na qual o foco é no crescimento e desenvolvimento de seus produtos com intuito de entregar ao mercado uma Companhia muito mais eficiente e totalmente digital.

Em 10 de setembro de 2020, foi emitida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) a Resolução nº 388 com entrada em vigor em 1º de outubro de 2020 e que iniciaram seus efeitos a partir de 4 de janeiro de 2021, onde o objetivo foi estabelecer a segmentação das sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, resseguradores locais e entidades abertas de previdência complementar (EAPCs) para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial. Com base na referida resolução, as supervisionadas foram classificadas em uma de quatro categorias: Segmento 1 (S1); Segmento 2 (S2); Segmento 3 (S3); ou Segmento 4 (S4). A classificação tem como base critérios os prêmios anuais, provisões técnicas e perfil de risco. Em julho de 2021, a Superintendência de Seguros Privados (Susep) divulgou o enquadramento definitivo atualizado para fins de segmentação e a Via Capitalização S.A. se manteve enquadrada no Segmento 3 (S3).

Em 10 de outubro de 2022, foi emitida a circular SUSEP nº 678 que altera a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revoga dispositivo da Circular Susep nº 439, de 27 de junho de 2012. Passando a vigorar em 2 de janeiro de 2023, para o art. 2º; e em 2 de janeiro de 2024, para os demais artigos.

2. Base para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, recepcionados pela SUSEP no que não contrariem a Circular SUSEP nº 648/2021 e suas alterações.

b) Estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

c) Comparabilidade

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC 26 (Apresentação das Demonstrações Contábeis) e instruções do órgão regulador. Para o balanço patrimonial, utilizam-se informações constantes no período imediatamente precedente (31 de dezembro de 2022).

d) Continuidade

A administração avaliou as operações da Companhia e concluiu que a mesma possui recursos suficientes para operar. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

e) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$) e todas as informações estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia não possui ativos e/ou passivos monetários, denominados em moeda estrangeira na data do fechamento do balanço.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis Adotadas

A administração da Sociedade está acompanhando as atualizações e avaliando às novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas, porém não espera impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

Normativos SUSEP, normas e interpretações contábeis ainda não adotadas em 2023:

CPC 48 (IFRS 9) - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do CPC 48 foi publicada em dezembro de 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. O normativo será aplicado quando referendado pela SUSEP, e os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados pela Administração.

As principais práticas adotadas na elaboração, bem como das estabelecidas por resoluções do CNSP e Circulares da SUSEP, merecem destaques:

a) Caixa e equivalente de caixa - Disponível

Inclui caixa, saldo positivo em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis cujo vencimento das operações seja igual ou inferior a 90 dias, entre a data da aquisição e o vencimento sendo um risco muito pequeno de mudança de seu valor de mercado e que não afetam a vinculação com os ativos garantidores.

b) Instrumentos Financeiros

Ativos Financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias

- Valor justo por meio do resultado
- Mantidos até o vencimento
- Disponíveis para venda
- e Recebíveis.

A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

i. Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento: São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

iii. Ativos financeiros disponíveis para venda: Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apre-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

sentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

iv. Recebíveis: Os recebíveis da Companhia compreendem os créditos das operações de capitalização e demais contas a receber.

v. Determinação do valor justo: Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base nos preços divulgados. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação, que incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Companhia.

vi. Redução ao valor recuperável (ativo financeiro): Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor podem incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A redução ao valor recuperável dos créditos das operações de capitalização é realizada para créditos vencidos a mais de 60 dias. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

vii. Passivos financeiros: Compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições, outras contas a pagar, que são reconhecidos inicialmente ao valor justo. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

viii. Benefícios a empregados: As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. A Capitalização, disponibiliza os benefícios aos empregados exigidos pelo acordo coletivo, como ticket refeição e alimentação, auxílio creche/babá, vale-transporte e plano de assistência médica.

ix. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, consideradas as orientações previstas na Circular SUSEP nº 648/2021, sendo classificados nas seguintes categorias: • Contingências ativas - Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quanto da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • Contingências passivas - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

xi. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - Referem-se a demandas judiciais por meio das quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

xii. Apuração do resultado: As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas líquidas com títulos de capitalização, assim como os custos de comercialização e provisões técnicas, são integralmente registradas no mês de emissão dos títulos, conforme Circular SUSEP nº 648/2021 e suas alterações. No que diz respeito a reconhecimento pela Prescrição das Exigibilidades de Resgate e Sorteio, a sociedade adota o critério de reconhecimento da receita a cada revisão de processo, respeitando sempre às disposições previstas no Código Civil, aplicável a capitalização, na qual estabelece o prazo mínimo de 5 (anos) anos, contados do término de vigência do título, para pagamento de valores de resgates, ou do sorteio, para pagamento de premiações.

c) Resultado por ação

O Pronunciamento Técnico (CPC 41) estabelece princípios para a determinação e a apresentação do resultado por ação, a fim de melhorar as comparações de desempenho entre diferentes companhias (sociedades por ações) no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes. Mesmo que os dados do resultado por ação tenham limitações por causa das diferentes políticas contábeis que podem ser usadas para determinar resultados, um denominador determinado consistentemente melhora os relatórios financeiros.

4. Gestão de Risco e Controles Internos

4.1. Gestão de Riscos: A Sociedade possui uma estrutura de Gestão de Riscos e Controles Internos com reporte à Diretoria Executiva, que reflete o seu tamanho, natureza e complexidade, observando os termos da legislação vigente (Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021).

A estrutura de Gestão dos Riscos e Controles internos, foi implementada de acordo com a Política do Sistema de Controles Internos - SCI, Conformidade e Estrutura da Gestão de Riscos - EGR, por meio do processo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos seguintes tipos de riscos:

I. Apetite por Risco

O apetite por risco está conceituado como o quadro global de atuação sobre a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da VIACAP, associadas, diretamente ao plano de negócios, ou indiretamente, por categoria do risco.

O apetite por risco da VIACAP é médio/moderado. Os principais riscos associados, em nível global, por categoria de riscos e de forma quantitativa e qualitativa são: Riscos de Subscrição, de crédito, de mercado e operacional; Riscos de Liquidez e Riscos de Continuidade dos Negócios.

II. Riscos de Subscrição

A subscrição de riscos tem por objetivo manter o equilíbrio técnico, financeiro e atuarial dos planos, bem como garantir a lucratividade e zelar pela boa imagem da VIACAP.

III. Riscos de Crédito

O Risco de Crédito está atrelado à possibilidade de que contrapartes deixem de honrar compromissos de pagamento previamente assumidos, surgindo quando as contrapartes não desejam ou não são capazes de cumprir suas obrigações contratuais.

IV. Riscos de Mercado ou de Investimentos

O Risco de Mercado, por sua vez, caracteriza-se como potencial perda em uma carteira de negócios ou investimentos, decorrente de oscilações em variáveis econômicas e financeiras, e depende do comportamento do preço do ativo diante das condições de mercado.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

V. Riscos Operacionais

O Risco Operacional é o risco atrelado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Contemplam os riscos de fraude e lavagem de dinheiro.

VI. Riscos de Liquidez

A possibilidade de não ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

VII. Risco de Continuidade dos Negócios

Adoção de Plano de continuidade operacional, que traz as ações a serem adotadas durante a ocorrência de desastres, no que diz respeito a sua à continuidade operacional, na ocorrência de incidentes ou crises e busca prover meios para manter o funcionamento dos principais serviços da VIACAP, assim como a continuidade das operações.

VIII. Riscos Cibernéticos

Pode ocorrer interna ou externamente de forma acidental ou proposital, relacionado a possível vulnerabilidade dos sistemas, que podem ser humanas, técnicas, de mídia, de comunicação, dentre outras e o seu impacto pode gerar perdas operacionais; na eficiência dos processos; perdas financeiras; prejuízos à imagem e possibilidade de responsabilização legal.

IX. Riscos de Sustentabilidade

Estabelece premissas e diretrizes de sustentabilidade, bem como a sua governança. As diretrizes estão direcionadas ao meio ambiente; relacionamentos éticos; e de negócios que está diretamente associada ao desempenho das suas operações, com justiça social, equilíbrio econômico e ambiental e diversidade cultural.

4.2. Ambiente de Controles Internos

O ambiente de controles internos está estruturado por meio de manuais, instruções normativas, processos, organização e políticas corporativas da VIACAP, respondendo às estratégias de mitigação e seguindo os níveis de apetite a riscos previamente estabelecidos.

O processo de controles internos e monitoramento se utiliza de todos os instrumentos normativos, tendo como atividades obrigatórias regulamentares a elaboração de relatórios com descrição das atividades e resultados, conclusões, recomendações e o monitoramento das ações corretivas necessárias.

5. Aplicações Financeiras

a) Aplicações financeiras por vencimento: Demonstramos abaixo a composição do saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Informamos ainda, que não existem títulos dados em garantias de outras operações.

	dez/23					Saldo Contábil
	Valor de mercado					
	Taxa Contratada	Sem vencimento	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Valor Total	
Vinculados à Cobertura de Reservas						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Selic	-	-	30.482	30.482	30.482
Fundo de Investimento - Banco ITAÚ		2	-	-	2	2
Fundo de Investimento - Santander RF		-	72.305	-	72.305	72.305
Total da carteira		2	72.305	30.482	102.789	102.789
	dez/22					Saldo Contábil
	Valor de mercado					
	Taxa Contratada	Sem vencimento	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Valor Total	
Vinculados à Cobertura de Reservas						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Selic	-	-	17.385	17.385	17.385
Fundo de Investimento - Banco ITAÚ		1	-	-	1	1
Fundo de Investimento - XP Investimentos		-	7.563	-	7.563	7.563
Total da carteira		1	7.563	17.385	24.949	24.949

Para o valor de mercado utilizamos como base as tabelas de referência do mercado secundário da ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais e Tesouro Nacional. No que se refere a títulos públicos estão custodiados junto a SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

O Santander reserva técnica Renda Fixa - Fundo de Investimento (SANT R T RF Ref DI FC) é um fundo voltado para sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência privada complementar e resseguradores locais. Sua carteira é 100% composta por títulos públicos federais. Este fundo é mantido com o propósito de negociação.

b) Hierarquia do valor justo: A tabela abaixo demonstra instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando o método de avaliação por níveis.

Nível 1 - Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2 - Outras informações que não sejam os preços cotados em mercados de ativos incluídos no Nível 1, que são observáveis para ativos e passivos, seja direta ou indiretamente.

Nível 3 - Os dados para o ativo e passivo não se baseiam em dados observáveis de mercado.

A companhia não possui operações com aplicações financeiras cuja classificação se enquadra nos níveis 2 e 3 em 31/12/2023.

Descrição	dez-23		dez-22	
	Nível1	Total	Nível1	Total
Vinculados à Cobertura de Reservas				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	30.482	30.482	17.385	17.385
Fundo de Investimento - Banco ITAÚ	2	2	1	1
Fundo de Investimento - XP Investimentos	-	-	7.563	7.563
Fundo de Investimento - Santander RF	72.305	72.305	-	-
Total da Carteira	102.789	102.789	29.949	29.949

c) Movimentação das Aplicações Financeiras

Descrição da Aplicação	31/12/2022	Aplicação	Resgate	Rendimento	31/12/2023	% por aplicação
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	17.385	83.261	(75.197)	5.034	30.482	30%
Fundo de Investimento - Banco ITAÚ	1	-	-	-	2	-
Fundo de investimento - XP Investimento	7.563	23.860	(31.577)	154	-	-
Fundo de Investimento - Santander RF	-	82.400	(11.300)	1.205	72.305	70%
TOTAIS	24.949	189.520	(118.074)	6.394	102.789	100%

d) Instrumentos financeiros derivativos

A empresa optou pela não aquisição de operações de "swap", ou outros instrumentos financeiros derivativos no exercício.

e) Títulos e valores mobiliários: A empresa, não possui Títulos de Valores Mobiliários avaliados pela curva em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

6. Créditos das Operações de Capitalização

Os créditos das operações de capitalização estão classificados no ativo circulante aguardando os recursos a serem ingressados pelas Instituições parceiras, cujos vencimentos não ultrapassem o prazo de doze meses subsequentes.

São registrados os valores de títulos de capitalização a receber, durante o período de comercialização.

A Circular SUSEP nº 648/21 e suas alterações, considera como provisão os títulos vencidos a mais de 60 dias, referindo-se como uma redução ao valor recuperável.

	2023	2022		
Créditos das operações de capitalização	11.767	6.187		
Títulos de Capitalização - PU	15.900	18.314		
Títulos de Capitalização - PM	3	9		
(-) Redução ao valor recuperável	(4.955)	(12.136)		
Outros créditos operacionais	819	-		
AGING - Créditos c/ operações de Capitalização	2023	2022		
Vencidos entre 01 e 30 dias	10.896	6.187		
Vencidos entre 31 e 60 dias	52	-		
Vencidos entre 121 e 180 dias	2.732	-		
Vencidos entre 181 e 365 dias	2.223	-		
Total	15.903	6.187		
AGING - PDD	2023	2022		
Vencidos entre 121 e 180 dias	2.732	-		
Vencidos entre 181 e 365 dias	2.223	-		
Vencidos acima de 365 dias	-	12.136		
Total	4.955	12.136		
Movimentações	2022	Constituições	Baixas	2023
Redução ao valor recuperável	12.136	4.955	(12.136)	4.955
TOTAL	12.136	4.955	(12.136)	4.955
Movimentações	2021	Constituições	Baixas	2022
Redução ao valor recuperável	12.128	67	(59)	12.136
TOTAL	12.128	67	(59)	12.136

7. Títulos de Créditos a receber

O saldo de Créditos a Receber está composto como segue:

	2023	2022
Créditos a receber C.P.	2.201	1.853
Outros Créd. a receber	2.394	8.020
(-) Redução ao valor recuperável	(193)	(6.167)
	2022	2022
Créditos a receber L.P.		
Outros Créd a receber	-	1.678
(-) Redução ao valor recuperável	-	(1.678)
Outros Créditos	-	10.491
(-) Redução ao valor recuperável	-	(10.491)

O valor mais expressivo nesse grupo de contas é de R\$ 2.180 mil, referente a valores que estão sendo direcionados para a "massa falida" do Grupo Aplub, já que a Via Capitalização S.A., empresa arrematada não poderá responder por qualquer dívida deixada pelas empresas que compunham o Grupo Aplub, inclusive as ações judiciais, motivo pelo qual os processos em tramitação deverão ser redirecionados para a massa falida da APLUB.

A ViaCap esclarece que o valor mencionado acima, registrado na Contabilidade, na conta contábil "MASSA FALIDA", foi devidamente apresentado aos administradores da Massa Falida em reunião presencial.

A Via Capitalização S/A, tem a convicção que os valores ora reconhecidos na conta contábil "MASSA FALIDA" serão integralmente restituídos a sociedade de capitalização utilizando o critério de classe de crédito extraconcursal, eis que se trata de massa falida superavitária e em fase final de tratativas.

Segue abertura da movimentação da conta "MASSA FALIDA":

	2022	Constituição	Baixa	2023
Massa falida - Grupo Aplub	1.835	588	(49)	2.373
TOTAL	1.835	588	(49)	2.373
	2022	Constituição	Baixa	2023
PDD Habilitação Massa Falida APLUB	-	(193)	-	(193)
TOTAL	-	(193)	-	(193)

8. Créditos Tributários e Previdenciários

a) Abaixo está o detalhamento dos créditos tributários bem como a movimentação do período compreendido entre dezembro de 2023 e dezembro de 2022.

	2023	2022		
IR a compensar	102	92		
CSLL a compensar	26	26		
CSLL Diferido	-	508		
Total	128	1.419		
	2022	Constituições	Baixas	2023
IR a compensar	92	209	(199)	102
IRPJ Diferido	793	24	(817)	-
CSLL a compensar	26	11	(11)	26
CSLL Diferido	508	24	(531)	-
PIS a compensar	0	-	(1)	-
TOTAL	1.419	267	(1.559)	128

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

b) Em 31 de dezembro de 2022, a Via Capitalização S.A. reconheceu em seu ativo, o imposto de renda e contribuição social diferidos, no montante de R\$ 1.690 mil (R\$ 0 em 2021), sobre prejuízos fiscais e bases negativas de exercícios anteriores (2019), no valor de (R\$ 4.123 mil). Tal montante refere-se a expectativa de realização futura deste crédito fiscal com lucros tributáveis. Durante este exercício de 2023 foram realizados R\$ 1.301 mil (R\$ 390 em 2022) dos créditos fiscais reconhecidos, dos quais foram realizados integralmente, conforme demonstrado a seguir:

	Acompanhamento do Saldo Ativo Diferido			Saldo
	Constituição	Utilização em	Utilização em	
	2022	2022	2023	
IRPJ	1.031	(238)	(793)	-
CSLL	660	(152)	(508)	-

9. Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais estão compostos da seguinte forma:

Depósitos Judiciais - C.P.

	2023	2022
Cíveis	4	21
Trabalhistas	1.386	3.640
Total	1.390	3.661

Depósitos Judiciais - L.P.

	2023	2022
Cíveis	-	180
Trabalhistas	75	439
Total	75	619

10. Investimentos e Imobilizado

Os investimentos e o ativo imobilizado estão contabilizados ao custo de aquisição e a depreciação e amortização são calculadas pelo método pró-rata die, conforme o período de vida útil estimada dos ativos. O valor residual dos ativos e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é ajustado imediatamente se o seu valor recuperável é inferior ao seu valor contábil.

a) Detalhamento dos Investimentos:

	2023	2022
Investimentos		
Terrenos Urbanos	416	416
Edificações Urbanas	3.182	3.182
Reavaliação	155	155
(-) Depreciação	(1.341)	(1.269)
Outros Investimentos	12	12
Total	2.424	2.496

b) Detalhamento do Imobilizado:

IMOBILIZADO	dez/23			2023	Taxas de depreciação %
	2022	Aquisição	Depreciação		
Informática	364	-	(92)	272	20
Móveis, máquinas e utensílios	386	20	(46)	360	10
Refrigeração	5	5	(1)	9	10
Equipamentos - Outros	3	3	-	6	10
Outras imobilizações	322	-	(14)	308	4
Veículos	156	-	(33)	123	20
Total	1.235	28	(185)	1.079	
INTANGÍVEL					
Softwares	102	14	(23)	93	20
Total	102	14	(23)	93	

11. Obrigações a Pagar

Cabe ressaltar que as variações ocorridas entre 2022 para 2023 na rubrica IR de retidos de terceiros (IRRF de sorteios) teve aumento em decorrência da captação de novos clientes, ocasionando o acréscimo da arrecadação impactando também nos impostos IRPJ e CSLL. Conforme demonstramos a seguir:

	2023	2022
a) Obrigações a Pagar	634	562
Participações no Lucro a Pagar	149	152
Honorários a Pagar	226	176
Outras Contas a Pagar	259	234
b) Impostos e Encargos Sociais	2.653	1.168
Imposto de Renda Retido na Fonte de Funcionários	60	40
Imposto de Renda Retido de Terceiros	2.362	1.027
Imposto Sobre Serviço Retido	76	-
Contribuição Previdenciária	77	60
Contribuição para o FGTS	16	13
Outros Impostos e Encargos Sociais	62	28
c) Encargos Trabalhistas	231	199
13º Salários a pagar	-	-
Férias a Pagar	172	147
Encargos Sociais a Recolher	59	52

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

d) Impostos e Contribuições

	2023	2022
IRPJ	1.694	83
CSLL	634	-
COFINS	379	-
PIS	585	71
	96	12
e) Outras contas a pagar	-	1
TOTAL CONTAS A PAGAR	5.212	2.013

12. Depósitos de terceiros

a) AGING - Depósitos de terceiros

Esta rubrica contempla valores recebidos de terceiros antecipadamente, oriundos de operações de capitalização e atrelados a garantia das operações, como segue:

AGING - Depósitos de terceiros				AGING - Depósitos de terceiros			
2023	Valores a Reclassificar CAP	Outros depósitos	Total	2022	Valores a Reclassificar CAP	Outros depósitos	Total
De 01 a 30 dias	2.123	101	2.224	De 01 a 30 dias	-	-	-
De 31 a 60 dias	366	250	616	De 31 a 60 dias	500	-	500
De 61 a 120 dias	548	-	548	De 61 a 120 dias	-	-	-
De 121 a 180 dias	27	300	327	De 121 a 180 dias	100	-	100
De 181 a 365 dias	698	750	1.448	De 181 a 365 dias	764	11	775
Total	3.761	2.211	5.973	Total	1.364	11	1.375

b) Movimentação depósitos de terceiros:

dez/23	2022	Depósitos	Baixas	2023
DISTRIBUIDORES/PARCEIROS	1.375	9.168	(4.570)	5.973
dez/22	2021	Depósitos	Baixas	2022
DISTRIBUIDORES/PARCEIROS	376	2.244	(1.245)	1.375

13. Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações constantes da Resolução CNSP nº 432/2021 e da Circular SUSEP nº 648/21, ambas considerando suas alterações posteriores, cujos critérios, parâmetros, fórmulas e valores são documentados através de Notas Técnicas Atuariais (NTA), as quais são calculadas pelo Atuário Responsável Técnico e fiscalizadas pela SUSEP. Em relação às datas base de dezembro, são devidamente auditadas pela Auditoria Atuarial Independente. Estão assim resumidas:

• Provisão Matemática para Capitalização (PMC)

A Provisão Matemática para Capitalização é constituída para a cobertura dos valores garantidos pela tabela de resgate, com base na parcela dos valores arrecadados para capitalização, devendo ser calculada para cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em nota técnica atuarial, representam o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteios e de carregamento.

• Provisão para Resgate (PR)

A Provisão para Resgate é constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título, atualizada monetariamente conforme previsão contratual. Esta previsão contempla tanto os títulos vencidos quanto os títulos antecipados e representam os valores ainda não pagos até a data-base das Demonstrações Financeiras.

• Provisão para Sorteios a Realizar (PSR): A Provisão para Sorteios a Realizar é constituída para a cobertura dos valores relativos aos sorteios ainda não realizados, devendo ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados.

• Provisão Complementar de Sorteios (PCS)

A Provisão Complementar de Sorteios é constituída para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar, sendo utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos sorteios a realizar. Ressalte-se que a PCS não abrange os valores relativos à variabilidade dos sorteios. Esses montantes, os quais eram abrangidos pela Provisão de Contingências (que, de acordo com os normativos atuais, foi extinta), não devem ser considerados como provisão técnica, mas sim no cálculo do capital de risco de subscrição das sociedades de capitalização.

• Provisão para Sorteios a Pagar (PSP)

A Provisão para Sorteios a Pagar é constituída a partir da data de realização do sorteio, atualizada monetariamente entre a data do sorteio e data da efetiva liquidação financeira.

• Provisão para Despesas Administrativas (PDA)

A Provisão para Despesas Administrativas é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização.

• Prescrição de títulos

A Sociedade adota, nas provisões para resgates e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil. Em regra, os títulos são prescritos em 5 (cinco) anos. Porém, por questões estratégicas, a Sociedade poderá conceder prorrogação de prazo maior. No exercício, foram revertidas provisões com resgates e sorteios prescritos, no montante de R\$ 880 mil, em outras receitas e despesas operacionais. Na qual já tinham ultrapassado o prazo mínimo de 5 (cinco) anos. (Detalhados na nota explicativa nº 15 b).

a) Cobertura das Provisões Técnicas

	2023	2022
Ativos garantidores		
Títulos de Renda Fixa Públicos		
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	30.482	17.385
Quotas Fundo de Investimentos - Santander	72.305	-
Quotas Fundo de Investimentos - Itaú	2	7.563
XP - Fundo de Investimento	-	1
i) Ativos totais	102.789	24.949
ii) Provisões Técnicas - Total a ser coberto	95.547	24.369
ii) Suficiência de ativos oferecidos em cobertura de Provisões Técnicas		
Taxa de Cobertura em % (i)/(ii)	7.241	580
	107,58%	102,38%

b) Detalhamento das Provisões Técnicas:

	31/12/2022	Constituição	Reversões	Juros/ Atualizações	Sort./Resg. Prescritos	Pagamentos	31/12/2023	%
PMC	18.660	218.087	-	1.181	(190)	(160.680)	77.057	80,65%
PSP	5.664	339.678	(143.760)	175	(690)	(183.004)	18.062	18,90%
PCS	-	687.186	(687.186)	-	-	-	-	0,00%
PDA	45	633	(250)	-	-	-	428	0,45%
Total	24.369	1.245.583	(831.196)	1.356	(880)	(343.684)	95.547	100,00%

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

c) Detalhamento das variações com provisões técnicas:

	2023	2022
Variação das provisões técnicas	(383)	-
Reversão da prov p/ compl. de sorteios	686.137	32.056
Constituição da prov p/ compl. de sorteios	(686.137)	(32.056)
Reversão da Despesa Administrativa	260	-
Constituição da Despesa Administrativa	(643)	-
Resultado com sorteios	(195.917)	(50.379)
Variação das provisões p/ sorteio	(157)	(3)
Reversão da prov p/ sorteios	143.765	18.335
Constituição da prov p/ sorteios	(143.922)	(18.338)
Despesas com títulos sorteados	(195.760)	(50.376)

14. Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas, como determina a IN da RFB nº 1.911 de 11/10/2019. As despesas de PIS e COFINS são registradas na rubrica despesa com tributos. Estão elencados na tabela do item 15 letra "d".

15. Detalhamento das contas da Demonstração de Resultado

	2023	2022
a) Custo de Aquisição	(67.888)	(15.772)
Despesas de corretagem	(27.289)	(8.999)
Despesas com Impressos e Mat. de vendas	(4.103)	(5.027)
Despesas com Proces. de dados	(10.908)	(285)
Despesas com Publicidade e Propaganda	(18.573)	(925)
Outras Despesas	(6.264)	(6)
Outros custos de aquisição	(750)	(530)
b) Outras Receitas e Despesas Operacionais	1.250	3.584
Receita com resgate de título	2	-
Receita com Prescrição - Resgate	190	1.521
Receita com Prescrição - Sorteio	690	752
Outras receitas c/ operações de capitalização	5.558	1.431
Outras despesas operacionais	(5.190)	(120)
c) Despesas Administrativas	(7.614)	(6.441)
Despesas com pessoal	(4.138)	(3.415)
Despesas com serviços de terceiros	(2.051)	(1.916)
Despesas com localização e funcionamento	(897)	(903)
Despesas Publicidade e Propaganda	(4)	(11)
Despesas com Publicações	(80)	(54)
Despesas com donativos e contribuições	(61)	(57)
Outras despesas administrativas	(383)	(85)
d) Despesas com Tributos	(4.367)	(1.275)
PIS	(585)	(164)
COFINS	(3.600)	(1.010)
Taxa de Fiscalização - SUSEP	(135)	(101)
Impostos	(47)	-
e) Receita e Despesas Financeiras	4.954	2.897
Títulos de Renda Fixa - Privados	1.360	720
Títulos de Renda Fixa - Públicos	4.493	1.964
Títulos de renda variável	5	4
Outras Receitas Financeiras	1.720	1.137
- Créditos tributários	9	22
- Juros Ativos	1.206	62
- Atualização monetária de clientes	187	889
- Rec. c/ Desp. Jud. e Fiscais	317	-
- Outras Receitas	1	164
Despesas Financeiras	(2.623)	(928)
f) Receitas e Despesas Patrimoniais	(126)	(141)
Despesas com Imóveis Destinados à Renda ou Venda	(126)	(141)

a) Custo de aquisição: O aumento substancial nas rubricas corretagem, publicidade, processamento, outras despesas, outras receitas deve-se ao aumento nas arrecadações, o crescimento das despesas acompanha a receita.

b) Outras despesas e receitas operacionais: O aumento expressivo nessa conta explica-se pela constituição de PDD - Redução ao valor recuperável de ativos no valor R\$ 5.190 e outras receitas com operação de capitalização, refere-se a negociações com parceiros, previstas nos contratos de prestação de serviços para distribuição de títulos de capitalização.

c) Resultado financeiro: Resultado alavancado pelo resultado com as arrecadações, aumentando o rendimento das aplicações financeiras bem como aumentando as despesas de provisões técnicas de capitalização.

16. Contingências

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, desde que a mesma possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. As contingências são classificadas como: • Prováveis: as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial; • Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada; e • Remotas: as quais não requerem provisão e divulgação. A Companhia possui processos contingentes em andamento em 31 de dezembro de 2023, sendo consideradas as probabilidades de perdas remotas e possíveis, o qual esse último está reconhecido nas Demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo, em 2022 a Companhia não tinha passivos contingentes.

NATUREZA DA AÇÃO - 2023	Nº ações	Valor da Ação	Valor Provisionado	Probabilidade de Perda
Cível	5	547	-	Possível
SUSEP	1	84	-	Possível
Total	6	631	-	

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

17. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 19.993 mil (Dezenove milhões novecentos e noventa e três mil), está representado por 2.085.532 (Dois milhões, oitenta e cinco mil, quinhentos e trinta e dois) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, todas pertencentes a acionistas domiciliados no país.

b) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendos obrigatórios não inferiores a 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com a legislação societária.

c) Reserva Legal

A Reserva Legal é constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira (5%) do lucro líquido do exercício, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para futuros aumentos de capital social.

d) Lucros

A Reserva de Lucros é constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, tem como objetivo o reforço do Patrimônio Líquido da Companhia e a sua constituição está prevista no Estatuto Social.

18. Demonstração do Patrimônio Líquido Ajustado, exigência de capital e adequação de capital

A Resolução CNSP nº 432/21 e suas alterações, estabelecem que as sociedades de capitalização deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado - PLA e do Capital Mínimo Requerido - CMR, este composto do Capital do Risco de Crédito, Capital do Risco de Subscrição, Capital do Risco Operacional e do Capital do Risco de Mercado, e observando o modelo de requerimento de capital mínimo regulatório para o segmento, a Companhia divulga o seu parâmetro de CMR calculado para a data-base 31 de dezembro de 2023, bem como seus indicadores de solvência. O respectivo CMR para funcionamento das sociedades de capitalização, refere-se ao capital total que a Companhia deverá manter, a qualquer tempo, para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base (montante fixo de capital conforme suas regiões de atuação) e o capital de risco (montante variável de capital para garantia dos riscos inerentes à operação). No caso da VIA Capitalização S.A., o maior valor refere-se ao capital base, equivalente a R\$ 10.800 mil, podendo operar em todo o território nacional. A seguir são demonstrados os valores do Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido, conforme determinações do órgão regulador, cujos indicadores de solvência, nesta respectiva data base de 31 de dezembro de 2023, demonstraram que a Companhia manteve seus níveis de capital e demais parâmetros acima dos requerimentos mínimos regulatórios.

	2023	2022
Patrimônio Líquido	17.307	14.857
Ajustes contábeis	(180)	(1.451)
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e 3	(792)	(865)
Patrimônio Líquido Ajustado	16.335	12.541
Capital Base	10.800	10.800
Capital de Risco	4.978	2.399
Capital do risco de subscrição	2.981	730
Capital do risco de crédito	1.206	1.345
Capital do risco operacional	1.149	554
Capital do risco de mercado	302	72
Benefício da diversificação	(660)	(302)
Capital Mínimo Requerido (R\$)	10.800	10.800
(R\$) Suficiência de capital	5.535	1.741
(%) Suficiência de capital	51%	16%
Ativos Totais	102.789	24.949
Provisões Técnicas - Total a ser coberto	95.547	24.369
Suficiência de ativos/Provisões Técnicas	7.241	580
PLA de nível 1	14.715	10.921
PLA de nível 2	-	-
PLA de nível 3	2.412	2.485

19. Transações com partes relacionadas

A Companhia possui operações com partes relacionadas, realizadas em condições compatíveis com as de mercado. Os saldos decorrentes de tais transações estão demonstrados como segue:

	Ativo		Passivo		Despesa	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
NovoDente S.A.	20	-	24	27	-	-
Via Clube de Vantagens Inova	-	-	395	-	-	-
Remuneração pessoal-chave Administração	-	-	-	-	735	60

A natureza das transações com partes relacionadas é venda de títulos de capitalização modalidade incentivo, resgates de títulos e remuneração a alta administração. Conforme determina o Estatuto Social, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração dos Administradores, referentes à remuneração e benefícios de curto e longo prazo.

20. Outras informações

Conforme legislação em vigor, Sociedades Seguradoras, entidade de Previdência e Sociedades de Capitalização não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% da própria Companhia, quaisquer diretores ou administradores da própria Companhia, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

21. Imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

Os impostos correntes e diferidos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. No Brasil, o imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 (duzentos e quarenta mil) anuais. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15%.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, como segue:

Descrição	2023		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos e após Participações	7.718	7.718	4.311	4.311
Adições:				
Desp não Dedutíveis	6.053	6.053	130	130
Exclusões:				
(-) Receitas Não Tributáveis	(620)	(620)	(1.272)	(1.272)
(=) Base de cálculo do IRPJ e CSLL antes Prej. Fiscal	13.151	13.151	3.170	3.170
(-) Compensação de Prejuízo fiscal 30%	(3.172)	(3.172)	(951)	(951)
(=) Base de cálculo do IRPJ e CSLL após comp. Prej. Fiscal 30%	9.979	9.979	2.219	2.219
Parcela Isenta	240	-	240	-
Imposto de renda	15%	-	15%	-
Adicional do IR	10%	-	10%	-
Contribuição social	-	15%	-	16%
IRPJ e CSLL Corrente			531	355
Deduções Incentivos PAT	-	-	(3)	-
Total de IRPJ e CSLL Corrente	2.471	1.497	528	355

22. Outros valores e bens

A empresa possui direito de uso de arrendamento adquirido por meio do contrato de aluguel do prédio comercial onde estão localizadas as operações da empresa. O ativo de uso mencionado refere-se à locação cujo contrato foi iniciado em agosto de 2022 e possui validade até julho de 2027. Vale ressaltar que a taxa real utilizada para a apuração do valor presente do arrendamento é de 5,45% a.a.

Na data de início do contrato, a Via avalia se este contrato transfere o direito de uso para controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação ou não, e assim o qualifica como um arrendamento. No início do arrendamento, um direito de uso de um ativo identificado é registrado. Para o registro inicial é necessário o reconhecimento relacionado ao direito de usar o ativo identificado (o valor da mensuração inicial do passivo do arrendamento, quaisquer pagamentos do arrendamento feitos em ou antes da data de início menos quaisquer incentivos de locação recebidos, quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo locatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo locatário para restaurar o ativo subjacente à condição exigida pelos termos e condições do arrendamento), contra e para os passivos de arrendamento (pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber; pagamentos de arrendamento variáveis vinculados a que dependem de um índice ou uma taxa, valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário sob garantias de valor residual, o preço de exercício de uma opção de compra se o locatário está razoavelmente certo de exercer essa opção e do pagamento de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção pelo arrendatário de ter minar o arrendamento.) As despesas de depreciação do ativo com direito de uso são reconhecidas separadamente e calculadas linearmente pelo prazo do arrendamento.

Apresentação do ativo e passivo circulante e não circulante:

		2023	2022			
Ativo Circulante e Não Circulante						
Outros valores e bens C.P						
Arrendamento - Ativo direito de uso		319	-			
Outros valores e bens		1	261			
Outros valores e bens L.P						
Arrendamento - Ativo direito de uso		694	1.052			
Passivo Circulante e Não Circulante						
Outros Débitos C.P.						
Débitos Diversos						
Passivos de arrendamento		358	261			
Outros Débitos L.P.						
Débitos Diversos						
Passivos de arrendamento		694	1.052			
Movimentação At. Circ.	2022	Constituições/reclassificações	Baixas	Juros	Depreciação	2023
Arrendamento - Ativo direito de uso	-	618	-	-	(299)	319
Outros valores e bens	261	1	(261)	-	-	1
Movimentação At. Ñ Circ.	2022	Constituições	Reclassificações	Juros	Depreciação	2023
Arrendamento - Ativo direito de uso	1.052	-	(358)	-	-	694
Movimentação Pass. Circ.	2022	Constituições	Baixas	Juros	Depreciação	2023
Arrendamento - Ativo direito de uso	261	485	(325)	(64)	-	358
Movimentação Pass. Ñ Circ.	2022	Constituições	Reclassificações	Juros	Depreciação	2023
Arrendamento - Ativo direito de uso	1.052	-	(358)	-	-	694

23. Eventos subsequente

A Via Capitalização S.A. avaliou os eventos subsequentes até 26 de fevereiro de 2024 e declara não ter conhecimento de algum evento subsequente.

24. Aprovação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela diretoria em 26/02/2024.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2024

THIAGO ASSUMPÇÃO HENRIQUES
DIRETOR
CPF 080.500.526-99

THIAGO REUS ROZA LOPES ESTEVEM
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF 818.299.900-63

TAMIRA BASTOS MENDES
DIRETORA
CPF: 009.677.940-30

WALTER DE VARGAS
ATUÁRIO
MIBA nº 3161

ELAINE RODRIGUES SIMÕES
CONTADORA
CRC/RS 055250/O-3

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Ao Conselho de Administração e Acionistas da **Via Capitalização S.A.**, Porto Alegre - RS

Escopo da auditoria: Examinamos as provisões técnicas, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado da Via Capitalização S.A., em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da administração: A Administração da Via Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa Auditoria Atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a Auditoria Atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma Auditoria Atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Via Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de Auditoria Atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de Auditoria Atuarial.

Opinião: Em nossa opinião, as provisões técnicas, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado da Via Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros assuntos: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Via Capitalização S.A. e utilizadas em nossa Auditoria Atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros de Capitalização e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da Auditoria Atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024



Grant Thornton Serviços Atuariais Ltda.

CNPJ nº 33.950.548/0001-51 - CIBA nº 161

Elmo Henrique de Moraes - Atuário MIBA 2040

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos: Diretores, Conselheiros e Acionistas da

Via Capitalização S.A. Porto Alegre - RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Via Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativas, foram auditadas por nós, cujo relatório de auditoria emitido em 28 de fevereiro de 2023, continha opinião com ressalva sobre a não obtenção de evidências apropriadas e suficiente para concluir quanto a adequação dos saldos iniciais da demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: **(i)** possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; **(ii)** entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; **(iii)** reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e **(iv)** tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: **(a)** a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; **(b)** a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e **(c)** a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem de um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024

Leonardo Mesquita Dantas

Contador CRC 1SP-263.110/O-7

 Grant Thornton

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-025.583/O-1

The logo for ViaCap features the word "Via" in white, a green stylized wave icon, and the word "Cap" in white. The background is a dark, atmospheric landscape with a road leading towards mountains under a cloudy sky.

Via  Cap

www.viacap.com.br

SAC: 0800 740 7819 | WhatsApp: +55 51 99728 5987 | (51) 3303 3851